

# Algaroba: uma solução ou mais um problema para o Semiárido Nordeste?

Publicado 01 Novembro 2013. em [Artigos](#)

**Juliano Ricardo Fabricante & José Alves de Siqueira Filho**  
Centro de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD/UNIVASF)  
[julianofabricante@hotmail.com](mailto:julianofabricante@hotmail.com)

O processo de invasão biológica é caracterizado pela introdução e naturalização de espécies exóticas em um dado ecossistema de tal forma que passam a provocar danos ao seu funcionamento. Pesquisas realizadas em diversos países vêm ressaltando os impactos causados por espécies invasoras sobre os ambientes naturais, a agricultura, a saúde humana e outros setores e serviços da sociedade. No Brasil a situação não é diferente e, particularmente na Caatinga, a situação é muito crítica, haja vista que a pressão antrópica nessa região, associada às características naturais do Semiárido, concorrem para acentuar a degradação do meio biofísico.

Dentre as espécies já reconhecidas como invasoras na Caatinga, está a algaroba (*Prosopis juliflora*, Fabaceae). A espécie foi introduzida no Nordeste do Brasil na década de 40 como uma promissora alternativa econômica, devido a sua plena adaptação ao clima Semiárido e por possuir qualidades para a produção de madeira, lenha, forragem, entre outros. Porém, a falta de manejo adequado e a facilidade de dispersão de suas sementes proporcionada pelos rebanhos de gado, caprinos e ovinos, transformaram o que seria uma solução econômica para as famílias do Semiárido, em um sério problema ambiental.

Os ambientes mais nobres da Caatinga, como as margens dos rios, as manchas de Neossolos Flúvicos e as baixadas sedimentares, onde a água é mais abundante e a diversidade biológica é maior, são os sítios preferenciais da algaroba no Nordeste brasileiro. Nestes locais, ela forma maciços populacionais com altas densidades, impedindo a resiliência dos ecossistemas, o que é particularmente danoso para as espécies nativas raras e endêmicas. Contudo, a algaroba vem se adaptando e ocorrendo também nos sítios mais secos da Caatinga, e devido a isso poderá se transformar em um problema futuro ainda maior.

Estimativas apontam que a algaroba já invadiu um milhão de hectares no Semiárido nordestino. Segundo estudos desenvolvidos com a espécie as diferenças no número de nativas entre áreas com e sem a algaroba chega a ser de 90% e, a redução na abundância de indivíduos nativos nos sítios invadidos por algaroba é superior a 80%. Evidências sugerem que ela absorve 50 vezes mais água que uma árvore nativa.

Apesar dos atributos que poderiam tornar a espécie interessante, suas características ecológicas dificultam a sua exploração de forma rentável, além de causar inúmeros problemas ambientais para as áreas onde a espécie estabelece suas populações. Desta forma, a pergunta título deste texto pode ser facilmente respondida. De fato a algaroba é um sério problema para a região semiárida nordestina.

A repercussão negativa da algaroba sobre a biodiversidade da Caatinga é notória. É mister planos de manejo para a contenção do avanço indiscriminado da espécie em áreas naturais de Caatinga. Um cenário apocalíptico formado por um deserto verde se aproxima nas próximas décadas. O tapete de algaroba avança sob o leito seco dos rios e por toda a Caatinga.

Às margens do Rio São Francisco entre as cidades de Petrolina e Juazeiro, antes ocupadas por ingazeiros, juazeiros e marizeiros, hoje foram tomadas por imensas populações de algaroba. Os peixes frugívoros que dependem dos frutos das árvores nativas sofrem um forte impacto declinando seus estoques naturais.

Outro absurdo de difícil explicação foi a disseminação da algaroba na arborização das cidades do Semiárido em meados da década de 70. A algaroba parecia ser a solução ideal para gerar conforto climático e sombra aprazível nos dias de sol inclemente. Considerando que a árvore apresenta um crescimento rápido e espantoso. Aos poucos se observou que durante as ventanias que antecedem as chuvas provocava tombamento das árvores gerando prejuízos econômicos.

Por algum tempo os apicultores do Semiárido faziam uma ampla defesa do mel da algaroba, porque a planta floresce em períodos mais críticos do ano - a estação seca. O mel produzido pelas abelhas africanizadas, cuja florada predominava essências da algaroba, cristalizava em taxas significativamente mais altas que o mel produzido a partir das flores nativas da Caatinga. Além disso, no Nordeste, o mel de abelhas é tradicionalmente envasado em garrafas de boca pequenas e estreita. O resultado é que o mel produzido a partir das flores da algaroba é anticomercial, porque não atinge o valor mínimo e as características exigidas pelo mercado.

A vagem da algaroba também tem sido amplamente utilizada para alimentação dos rebanhos no período seco. O comércio informal dos fardos de “bages” de algaroba vem crescendo e se consolidando nas áreas rurais, tornando o problema ainda mais insolúvel. A falta de informação de uma população menos esclarecida traz sérios prejuízos de modo contínuo e inexorável. As sementes da algaroba ao passar pelo trato digestivo dos animais aumenta notavelmente seu potencial germinativo quebrando a dormência das sementes. Ao defecar as sementes tem um sítio altamente propício a germinação e estabelecimento, considerando as altas concentrações de nutrientes encontrados pelo esterco dos animais. Embora pesquisas conduzidas por sérios profissionais da Zootecnia e Médicos Veterinários terem apontado o alto poder de toxicidade das sementes da algaroba, especialmente sobre as vacas, cabras e ovelhas prenhas (“cabeça louca”), as sementes ainda são utilizadas na alimentação desses animais.

Resta, a lenha da algaroba. É preciso uma ação emergencial do Governo Federal para esclarecer a população dos danos provocados pela algaroba e abrir linhas de crédito para estimular as padarias, olarias e casas de farinha para uso exclusivo da algaroba nos próximos 20 anos, como tentativa de conter o seu avanço indiscriminado. Certamente, a pressão sob a Caatinga ainda irá diminuir, e o manejo definitivo será implementado. Também há espaço para os grandes empreendimentos do setor florestal que poderiam investir no manejo da algaroba de forma racional e que gere emprego e lucro para a sociedade.

Enquanto a tecnologia de produção e manejo de eucalipto cresce a todo vapor impulsionado pela crescente demanda mundial. A algaroba vem experimentando um absoluto descaso por parte da academia que não gera conhecimento razoável e sem amparo legal da sustentabilidade, o governo omisso e oportunista numa onda de contínua perpetuação do logro imposto à população e indústria do setor florestal brasileiro que não percebe a grande oportunidade de negócio no Semiárido. Ainda mais grave é o estímulo econômico praticado por instituições financeiras como a BNB que por muito tempo abriu linhas de crédito para plantio comercial da algaroba, até instituições governamentais como o IPA, EBAPE e CODEVASF que oferecia suporte técnico aos agricultores e

pequenos criadores de animais do Semiárido dando a algaroba um papel principal no uso como forragem.

Os núcleos de desertificação no Semiárido estão se ampliando e poderá ficar ainda pior com as mudanças climáticas nas próximas décadas. Sem dúvida, a Caatinga, é o ecossistema mais frágil do Brasil, e o manejo do homem nesta região é necessário, mas sem abdicar de estudos científicos que ofereçam suporte técnico e conhecimento científico que assegurem a qualidade e a possibilidade de vida do sertanejo. Ao invés de desertos secos, teremos desertos verdes, inóspito e sem vida, dominados por algaroba.

### **Mais informações:**

Fabricante, J.R. 2013. Plantas exóticas e exóticas invasoras da Caatinga. Bookess, Vol. 1, 51p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?printsec=frontcover&id=MHfbX4AYPmUC#v=thumbnail&q&f=false>